

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

PRINCÍPIOS POLÍTICO - PEDAGÓGICOS

O MOVA-SP, "Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo", num esforço conjunto entre S.M.E.-SP. & Movimentos Populares da Cidade de São Paulo, deve envolver grande número de educadores e educandos. Sendo assim se faz necessária a construção de uma proposta político-pedagógica unificada, partindo-se de princípios fundamentais e comuns.

As atividades diárias em alfabetização e pós-alfabetização não podem ser uma acumulação linear de fragmentos isolados de informações, mas um conjunto sistemático e sequencial de ações orientadas por pressupostos claramente delineados e assumidos.

A alfabetização exige, pois, um referencial teórico. Toda prática já implica uma teoria que a fundamenta e não há prática pedagógica neutra, ela é sempre política. Supõe sempre uma visão de mundo, de sociedade, de homem. Supõe então, um projeto histórico, uma teoria do conhecimento, a opção por uma concepção de Educação e uma concepção metodológica.

O objetivo desse documento é a explicitação de nossas concepções.

Nossa meta é a construção de um novo coletivo social. É a construção de uma alternativa democrática e popular em nosso país, a mudança radical das estruturas políticas e da organização social.

Sabemos que nesse processo global de transformação, a Educação não é a única e suficiente alavanca, mas sua função é profundamente necessária. Cada sociedade organiza o sistema educacional que lhe serve, mas, contraditoriamente, a Educação pode contribuir para a contínua superação do Sistema social.

A Educação é projeto e processo.

O projeto histórico que vislumbramos para o nosso país é a conquista de uma nova hegemonia, que supõe direção cultural, política e ideológica do povo. Numa sociedade de classes, a educação tem a função política de contribuir para a criação das condições necessárias à hegemonia popular. Portanto, o ato educativo cotidiano não é um ato isolado, mas integrado no projeto social global da luta popular.

A Educação é também processo. É processo de formação e capacitação, apropriação das capacidades de organização e direção para intervir de modo criativo, de modo organizado na transformação estrutural da sociedade, como enfatiza Gramsci.

Esta Educação é libertadora na medida em que tiver como objetivo a ação e reflexão consciente e criadora das classes oprimidas sobre seu próprio processo de libertação, como conceitua Paulo Freire.

Para assumir a hegemonia, o povo precisa de uma Educação de qualidade, precisa munir-se de instrumentais, apropriar-se dos conhecimentos, métodos e técnicas hoje restritos a uma minoria privilegiada. Implica a apropriação sistemática, significativa e crítica de teorias, técnicas profissionais, leitura, escrita, contas. Mais ainda, implica apropriar-se dos métodos de aquisição, produção e divulgação do conhecimento: pesquisar, discutir, debater com argumentações precisas, utilizar os mais variados meios de expressão, comunicação e arte.

A Educação é um direito fundamental, universal e inalienável de todo ser humano. Em nossa sociedade atual, para fazer valer esse direito, se faz necessária a constante cobrança, a pressão dos setores organizados da sociedade civil para que o Estado cumpra este dever. A questão da Educação do povo se resolve sob a condição de uma firme vontade política de um governo compromissado, de fato com os anseios da população.

O homem que pretendemos educar é o sujeito capaz de construir a própria História, a partir de uma participação efetiva na sociedade. Um homem engajado nas tarefas do seu tempo. Alguém voltado para a realização de sua individualidade e ainda dotado de consciência social e de arreensão do seu papel histórico, por isso disposto a colaborar na luta popular global pelo direito à substantividade democrática em que todos podem participar, decidir e dirigir a vida social.

Queremos construir a alfabetização capaz de contribuir pela constituição da cidadania. "Cidadão é o indivíduo usando seus direitos civis e políticos e cumprindo seus deveres para com o Estado". (cf. Paulo Freire, 1988:7)

Nosso ideal de homem é o "homem onnilateral" de que nos fala Gramsci: Não é mais o homem unilateral, excluído dos bens Sociais, explorado no trabalho, mas o homem total: "É o chegar histórico do homem a uma totalidade de capacidade, a uma totalidade de possibilidades de consumo e gozo, podendo usufruir bens espirituais e materiais". (Moacir Gadotti, 1983:58)

Os procedimentos pedagógicos também não são neutros.

Partimos de uma concepção metodológica geral vinculada a uma determinada teoria do conhecimento.

O Conhecimento é o movimento da síncrise (sensorial -

concreto), passando pela análise (abstração), chegando à síntese (o concreto-pensado, um novo concreto mais elaborado.)

A atividade analítico-sintética é indispensável ao avanço do conhecimento. A análise é a separação dos elementos particulares de um todo. A síntese é a reunificação dos elementos analisados.

Passar do conhecimento sensorial-concreto (o empírico, o concreto percebido) ao pensamento elaborado (o teórico, o concreto pensado) requer esforço. Implica enfrentar um caminho complexo e contraditório. Para atingir o nível concreto mais elevado, o da síntese, o conhecimento deve passar pela abstração que é o contrário do concreto. Analisar supõe abstrair, separar mentalmente, isolar um ou mais elementos de um todo, de um objeto de conhecimento em estudo, para descobrir novos aspectos dele e atingir a essência do objeto. Há uma separação (análise) seguida de uma integração mais profunda (síntese).

Por sua vez, o conhecimento elaborado, a teoria, constitui apenas um momento provisório de síntese. Ela se amplia, se refaz.

"Cada novo conhecimento se produz em unidade e luta com o conhecimento anterior". (Oscar Jara, 1986:17)

Nossa concepção metodológica básica parte da prática, vai à teoria e retorna à prática.

1º) Partir da prática concreta: é perguntar, problematizar a prática. São as necessidades práticas que motivam a busca do conhecimento teórico. Tais necessidades constituem o problema, aquilo que é necessário solucionar. Supõe, pois, identificar fatos e situações significativas da realidade imediata.

2º) Teorizar sobre a prática: é ir além das aparências imediatas, desvelar, refletir, discutir, estudar criticamente, buscando conhecer melhor o tema problematizado.

O que é uma teoria? Aprendemos com Kopnin que:

A teoria é o conhecimento que já alcançou certo grau de maturidade, de síntese, sobre fatos que foram descritos, explicados e inter-relacionados entre si.

Explicar é descobrir as causas e as leis das relações entre os fatos. A teoria sintetiza, relaciona os fatos num todo único.

Teoria é o conhecimento no movimento do pensamento. (cf. Kopnin, 1978: 231 e 238)

39) Voltar à prática para transformá-la: Voltar à prática com referenciais teóricos mais elaborados e agir de modo mais competente.

"Colocar em prática os nossos conhecimentos para responder às exigências e necessidades colocadas pela prática já existente e, mais ainda: para responder à necessidade de formular o projeto de uma prática ainda inexistente e que precisa ser criada." (Oscar Jara, 1985:15)

Ao colocar em prática o conhecimento mais elaborado surgem novas perguntas que requerem novos processos de teorização, abrindo-nos ao movimento espiralado da contínua busca do conhecimento.

O paradigma que assumimos: prática-teoria-prática evidencia a maneira como concebemos a relação prática-teoria. Os referenciais teóricos não são fins em si mesmos, são meios, servem para melhor compreendermos a prática. A teoria está em função da prática. Não é a prática que deve se conformar à teoria, mas é a teoria que deve se conformar à prática e desvelá-la. Valorizamos a teoria como meio de descrição e explicação da prática pedagógica, como momento de síntese, reflexão, decisão sobre a ação educativa. É pela prática que vamos testando a nossa teoria e buscando novas sínteses na interação dialética do velho e novo. Negamos, portanto, a aplicação automática de modelos nacionais e estrangeiros à nossa realidade pedagógica, sem passar pela filtração da reconstrução pelo educador.

É fundamental, ao educador, buscar o aprofundamento do próprio referencial teórico atual, "fazendo a leitura do mundo e dos textos", como diz Paulo Freire: adicionando novas informações, com estudo, pesquisa bibliográfica e de campo, discussões, confrontando as teorias dos diversos autores, confrontando a nossa própria teoria com a teoria dos colegas e dos autores dos livros.

Num processo ativo, construtivo, crítico e criativo vamos formando a nossa própria síntese, um novo referencial teórico integrado e coerente, no processo dialético laborioso e permanente de inclusão-exclusão, sempre em busca das leis universais da vida. O nível mais avançado da teoria é a descoberta das leis universais da natureza e da sociedade.

Portanto, a teorização não é um processo de imposição de idéias alheias ou do pensamento já elaborado por especialistas e cientistas renomados. Por outro lado, a teorização não é um processo meramente pessoal. É ao mesmo tempo pessoal e coletivo.

"O conhecimento é prático, social e histórico" (Henry Lefebvre, 1983:49-50)

"Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, o homem se educa em comunhão" (Paulo Freire, 1982:28)

O mais importante, então, é aprender a teorizar, apropriando-nos dos métodos e técnicas do conhecimento e colocando-nos numa atitude de questionamento constante sobre os fatos, fazendo nos as análises, deduções e generalizações, recriando o objeto conhecido, integrando-o num todo orgânico, atingindo níveis cada vez mais altos de síntese.

"O processo de aprofundamento do conhecimento que vai do fenômeno à essência e da essência menos profunda à mais profunda, é infinito." (Henry Lefebvre, 1983: 241)

"Naquilo que um espírito se satisfaz, mede-se a grandeza de sua perda." (Hegel, in Lefebvre, 1983:241)

"Uma mesma compreensão da prática educativa e uma mesma metodologia de trabalho não operam necessariamente de forma idêntica em contextos diferentes. A intervenção é histórica, é cultural, é política. É por isso que insisto tanto em que as experiências não podem ser transplantadas, mas reinventadas." (Paulo Freire, 1988:8)

Orientadas por esta concepção metodológica geral, na proposta pedagógica sugere partir do momento atual do educando; de suas expectativas; de seu "universo vocabular" (Paulo Freire); respeitando seu dialeto linguístico, como propõe a sociolinguística; partindo das suas concepções iniciais sobre a escrita e a leitura, como propõe Emília Ferreiro.

Os temas geradores ou grupos temáticos são os conteúdos trabalhados com os grupos em alfabetização. Esses conteúdos não podem ser levados como verdades absolutas, cientificamente neutras, às classes trabalhadoras. Esses conteúdos serão trabalhados, partindo-se do conhecimento que os educandos já têm deles. Serão organizadas ocasiões para que esse conhecimento se amplie, num processo ativo de construção do pensamento, até atingir níveis mais elaborados e mais críticos desse saber. Cada novo conteúdo pode ser gerado no desenvolvimento do conteúdo anteriormente estudado. Os conteúdos serão trabalhados levando-se em consideração o contexto experiencial dos educandos. Levar em conta o significado e o sentido que cada tema tratado poderá ter para o aluno. Contextualizar uma situação escolar é torná-la significativa aos educandos. É preciso evitar que as tarefas escolares se apresentem artificiais, desvinculadas das condições de vida, de modo solto, fragmentado, sem elos de ligação.

O sentido é o "discurso interior" (Vygotsky) que está subjacente na fala, na interpretação, na reconstrução da leitura, na escrita espontânea.

O "discurso interior" é sempre "diálogo consigo mesmo e com os outros. O discurso oral e escrito traz as marcas do discurso interior e o discurso interior traz as marcas do discurso social."

Assim é que nas produções espontâneas dos educandos poderemos descobrir seus valores, imagens interiores, pressuposições, regras de comportamento, crenças, rituais, medos, desejos: marcas da realidade sócio-cultural perpassando as marcas psicológicas.

A alfabetização não é apenas um processo lógico, intelectual, é também profundamente afetivo e social.

É preciso, então, resgatar estas marcas sócio-culturais afetivas, e, ao mesmo tempo, as construções lógicas, intelectuais na observação atenta do educando enquanto realiza as atividades pedagógicas-co-didáticas.

Tão importante quanto partir das condições de chegada do educando será Caminhar no sentido da superação, da ultrapassagem desse momento inicial, possibilitando a ele a ampliação do conhecimento crítico da realidade garantindo o acesso ao conhecimento mais elaborado e a aquisição da "norma culta da língua", "como um instrumento a mais para melhor lutar contra a opressão" (Paulo Freire, 1988:13)

No processo dessa superação é essencial o papel do educador.

Há uma distância entre o conhecimento atual do educando e o novo conhecimento que possa vir a ter, e, nesse espaço deve atuar, com competência, o educador.

Segundo Vygotsky, a "zona de desenvolvimento proximal" é a distância entre o "nível de desenvolvimento real", determinado pela resolução de problemas de modo independente, e o "nível de desenvolvimento potencial", determinado pela resolução de problemas sob orientação de adultos ou em colaboração com companheiros mais capacitados."

Portanto, para Vygotsky o aprendizado não é uma construção individual apenas, é um processo profundamente social. Enfatiza o diálogo e as diversas funções da linguagem na instrução e no desenvolvimento cognitivo mediado. Para Vygotsky, o ensino representa um meio através do qual o desenvolvimento avança. A aquisição do conhecimento não se faz apenas como um processo intra-subjetivo, mas é também um processo inter-subjetivo, social, acentua Vygotsky. O discurso supõe diálogo e se dá na inter-subjetividade. (cf.Vygotsky, 1984: 148)

O educador é o mediador do diálogo do educando com o conhecimento, e não o seu obstáculo. Assume a intervenção, a diretividade. Assume a diferença entre o seu saber e o saber do educando, assume a assimetria inicial. O trabalho educativo caminha na direção da diminuição gradativa dessa diferença. Dirigir é ter uma proposta clara do trabalho pedagógico, é propor, não impor.

"O educador que não pode negar-se a propor, não pode

também recusar-se à discussão em torno do que propõe, por parte do educando"... "O convencer, enquanto tarefa pedagógica, não é impor, mas é desafiar" (Freire & Beto, 1985:75)

"O educador, enquanto educa também se educa"... "O educador comprometido com a classe trabalhadora é aquele que está com o educando, não contra ele"... "O diálogo só se dá entre iguais e diferentes, nunca entre antagônicos. Entre esses é a luta que tem lugar. (Prof. Paulo Freire, Jn: Gadotti, Freire & Guimarães, 1985:123)

O educador é político + técnico, insiste Gramsci.

A competência técnica do educador passa pela apropriação da capacidade de dirigir o pedagógico, como sujeito da construção do projeto pedagógico com seus educandos: passa pela apropriação da capacidade de planejar, selecionar atividades significativas, interessantes e variadas, teoricamente fundamentadas para atingir objetivos claramente especificados, proporcionando o conhecimento do educando através de estratégias de intervenção pedagógica. Passa pela apropriação da capacidade de observar as reações cognitivas, afetivas, culturais e ideológicas do educando durante o desenvolvimento das atividades pedagógicas; registrar as ocorrências significativas e continuamente avaliar os avanços do educando, avaliar o processo pedagógico e avaliar-se.

Avaliação é instrumento para diagnosticar a prática global e não apenas parte dela, evidenciando o que precisa ser modificado. Educador e educandos avaliam o seu fazer pedagógico. Avaliar é diagnosticar a prática para transformá-la.

O educador é pesquisador: estuda, propõe, organiza, observa, intervém, testa seu referencial teórico.

Resgatar a confiança nos educandos das classes populares em sua própria capacidade para aprender, propiciar a eles a oportunidade de aprender com prazer e êxito é tarefa técnico-política fundamental do educador.

"O cumprimento da tarefa do educador progressista implica o desvelamento do mundo opressor através do ensino dos conteúdos, implica ainda, de um lado, a luta incansável pela escola pública, de outro, o esforço para ocupar o seu espaço no sentido de fazê-la melhor. Esta é uma luta que exige clareza política e competência científica." ... "fazer educação popular na escola pública requer o reconhecimento dos limites, que por sua vez, são políticos e históricos"... Ir superando esses limites é tarefa prioritária do educador. (cf. Paulo Freire, 1989:12)

É preciso não reproduzir, na intimidade da sala de aula, a submissão da relação autoritária, reduzindo o educando à condição de objeto manipulável, mero receptáculo de postulados, regras, receituários, ameaças, repressões, punições.

É preciso colocar em prática uma relação pedagógica democrática aliada à seriedade, à rigorosidade do trabalho e uma didática capaz de resgatar a condição do educando como sujeito do conhecimento.

Encontramos em Paulo Freire e Emilia Ferreiro forte acentuação no papel do educando como sujeitos do conhecimento.

O sujeito ativo é aquele que se apropria da capacidade de desvelar as contradições da realidade, de se colocar sempre numa postura inquiridora diante do mundo, e, com os outros, atuar como agente histórico; e a nível pessoal, é o sujeito capaz de aprender pensando: formulando hipóteses, considerando as contradições entre as próprias hipóteses construídas, superando os conflitos cognitivos e avançando no sentido de novas reestruturações.

Portanto, é fundamental:

- Possibilitar a emergência do conflito na sala de aula, problematizando as situações vivenciais do mundo social, trazendo as contradições do mundo para melhor conhecê-las na sala de aula, evitando sempre a transmissão bancária e a doutrinação ideológica impositiva, como insiste Paulo Freire.

- Possibilitar a emergência do conflito cognitivo, como insiste Emilia Ferreiro.

O conflito cognitivo, segundo Ferreiro, são momentos de perturbação, onde o conhecimento anterior se mostra insuficiente para resolver uma tarefa atual, sendo então urgente enfrentar de frente as contradições entre as próprias hipóteses, não camuflá-las, não permanecer nas compensações cognitivas, para poder sair do impasse. (cf. Emilia Ferreiro, 1985: 31-32)

Nesse momento do conflito cognitivo, a intervenção do educador e dos colegas é indispensável, como ressalta Vygotsky, para acirrar o conflito, com novas perguntas e outras estratégias pedagógicas.

Queremos resgatar no nosso conceito de alfabetização a sua dimensão pessoal e social, ou seja a sua dimensão construtiva e discursiva (cf. Smolka, 1988)

Alfabetização é a aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico dos conteúdos, para que o analfabeto jovem e adultos se aproprie das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global.

Por sua vez, o sistema escrito é sempre um processo e um produto sócio-cultural. A língua é uma realidade em transformação. A aquisição do sistema escrito é um processo histórico, tanto a nível ontogenético, como a nível filogenético. O sistema escrito é produzido historicamente pela humanidade e utilizado

de acordo com interesses políticos de classe. O sistema escrito não é um valor neutro.

Portanto a alfabetização não pode ser reduzida a um aprendizado técnico do código linguístico, como um fato acabado e neutro, ou simplesmente como uma construção pessoal, intelectual.

A alfabetização passa por questões de ordem lógico-intelectual, afetiva, sócio-cultural, política e técnica.

Os educadores do Projeto MOVA-SP se lançam ao risco dessa complexa e bonita tarefa: a de resgatar a multidimensionalidade da alfabetização, no exercício mesmo dela; no esforço de conquistar níveis cada vez mais avançados de coerência entre os princípios aqui declarados e a sua concretização prática no dia a dia da alfabetização de jovens e adultos dos movimentos populares.

CONCLUSÃO

Nesse processo de pensar a alfabetização que queremos no projeto MOVA-SP foi importante:

- Clarificar nossas concepções fundamentais.
- Ressaltar como integramos em nossa síntese atual a tríplice contribuição teórica:

1º) Da concepção de "Educação Libertadora", alicerçada num projeto histórico.

2º) Do modelo construtivista-interacionista da alfabetização, alicerçada numa teoria do conhecimento e numa concepção geral de metodologia do conhecimento.

3º) Dos estudos científicos da linguagem, ou seja, a Linguística moderna e a sua relação com o ensino da Língua Portuguesa.

São muitos os autores que marcam presença em nossa construção de princípios:

Gramsci, Vygotsky, Paulo Freire;
e demais pensadores dialéticos.

Emília Ferreiro;

e demais estudiosos da linguagem, em especial:—

a Sócio-linguística, Psico-linguística e a Análise do Discurso;

e também,

todos aqueles autores nacionais e estrangeiros que publicam relatos de sua prática pedagógica fundamentada em princípios educacionais iguais ou compatíveis aos nossos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.
- FREIRE, Paulo. Educação. Mudança. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, Paulo & Frei Beto. Essa Escola Chamada Vida. São Paulo, Atica, 1985.
- FREIRE, Paulo. "Alfabetização e Cidadania". In: Revista Educação Municipal nº 1 - São Paulo, Cortez, 1988.
- GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação: Um Estudo Introdutório. São Paulo, Cortez, 1983.
- GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo & GUIMARÃES, Sérgio. Pedagogia: Diálogo e Conflito. São Paulo, Cortez, 1985.
- JARA, Oscar. "Concepção Dialética da Educação Popular". In Texto de Apoio nº 2. CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, 1985.
- JARA, Oscar. "Como Conhecer a Realidade para Transformá-la? In: Texto de Apoio nº 10. CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, 1986.
- KOPNIN, P.V. A Dialética Como Lógica e Teoria do Conhecimento. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- LEFEBVRE, Henry. Lógica Formal e Lógica Dialética. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
- SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A Criança na Fase Inicial da Escrita: A Alfabetização como Processo Discursivo. Campinas, São Paulo, Cortez, 1988.
- Vygotsky, L.S. A Formação Social da Mente. São Paulo, Martins Fontes, 1984.